

Clubes se adequam ao Juizado

06/03/2020 12:00

Baenão é considerado apto e Paysandu pediu prazo de 20 dias



Clubes passam adequações técnicas para receber o Juizado do Torcedor

A expansão do Juizado Itinerante do Torcedor ao estádio do Baenão foi garantida pelo Clube do Remo durante reunião convocada pela Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), nesta sexta-feira, 6, no prédio-sede do Judiciário paraense. Já o Paysandu Sport Club pediu o prazo de 20 dias para verificar as adequações necessárias para atuação do juizado no estádio da Curuzú. Representantes das polícias Civil e Militar, do Ministério Público do Pará, das Secretarias de Engenharia e Informática e dos Juizados Especiais do TJPA também participaram da reunião.

As adequações foram desdobramento da reunião realizada em 20 de fevereiro, na qual a Coordenadoria do Juizado Especias exigiu o cumprimento por parte dos clubes de atividades de compatibilidade técnica, a fim de que o Juizado do Torcedor atue nos referidos estádios, conforme solicitação dos próprios clubes e Portaria 2.761/2019, do Gabinete da Presidência do TJPA, que autorizou atividades do Juizado Especial Itinerante em todos eventos esportivos realizados nos estádios da capital, independentemente de previsão de fluxo, e não se concentrem somente no estádio do Mangueirão, como ocorria desde 2014.

O estádio do Baenão foi considerado apto para receber a unidade móvel do juizado após inspeção técnica dos servidores das Secretarias de Engenharia e Informática no mês passado. Uma vistoria foi agendada para quarta-feira, 11, às 9h, no estádio da Curuzu,

para verificar as condições de utilização de espaço físico pelo juizado ou para o recebimento da unidade móvel do TJPA.

A coordenadora dos Juizados Especiais, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, acompanhada da juíza auxiliar Antonieta Ferrari Miléo, ressaltou a importância do envolvimento de todos os clubes e do sistema de Justiça pelo interesse do bem comum que é a prevenção e a pacificação social nos eventos esportivos. A desembargadora Nazaré Gouveia lembrou ainda que a destinação do espaço é necessária em função da iminência de revitalização na estrutura do estádio do Mangueirão, cujo pré-projeto de reforma foi apresentado ao governador Helder Barbalho em janeiro, e que as medidas de precaução são tomadas para que atuação do Juizado do Torcedor possa continuar a ser efetiva.

Implantado há sete anos, o projeto Esporte com Justiça promove medidas de pacificação em eventos esportivos de grande concentração popular. Uma equipe formada por servidores do Juizado Especial Itinerante, sob a coordenação de um magistrado, atua de plantão para o atendimento das demandas. Entre as ocorrências mais registradas pelo Esporte com Justiça estão a venda de ingressos acima da tabela e atos de vandalismo.

O Poder Judiciário do Pará desenvolve o projeto em parceria com as Polícias Civil e Militar, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para garantir o pronto atendimento e a prestação jurisdicional aos frequentadores de eventos esportivos.

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Will Montenegro

Foto: null / Airton Nascimento